

Introdução

A Educação Ambiental (EA) terá surgido entre nós, pelo menos de forma mais institucional e organizada, há cerca de 35 anos, quando já eram indelévels no país algumas das grandes rupturas históricas com mais óbvia e directa implicação ambiental: a macrocefalia urbana, a litoralização demográfica e económica, o abandono rural, em suma, o desordenamento do território com todo o seu perverso cortejo de sintomas. Talvez também por isso se anunciavam já outras rupturas...

Logo em 1973, a recém-criada Comissão Nacional do Ambiente (CNA) estabelecia no seu plano de actividades o objectivo de introduzir as questões ambientais nos programas de ensino. A CNA surgira na continuidade da representação governamental à primeira grande Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972. As suas pioneiras intenções arrastaram-se por mais de uma década. Realizaram-se, é certo, inúmeras acções nas escolas pela mão de percursores como João Evangelista, Correia da Cunha e Almeida Fernandes, mas só com a integração europeia e a subsequente pressão política dos organismos comunitários, a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 veio a contemplar a EA em todos os níveis de ensino. Entretanto, foi criado o Instituto Nacional do Ambiente (INAMB), visando impulsar a formação, informação e participação cívica e, especificamente, o apoio às iniciativas de EA dentro e fora dos muros das escolas. A este organismo e aos que lhe sucederam no tempo e nas funções devemos, mais tarde, as ecotecas e o apoio decisivo às eco-escolas e outros programas inovadores em diversos estabelecimentos escolares do país.

Os resultados de todas estas medidas parecem, no entanto, ter sido muito menores do que seria de esperar. Por um lado, o Instituto Nacional do Ambiente (INAMB), mais tarde Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB), depois integrado no Instituto do Ambiente (IA) e actualmente na Agência Portuguesa do Ambiente (APA), nunca levou ao limite da acção todas as suas potencialidades relativamente ao objectivo primeiro para que fora criado. Pelo contrário, nos últimos anos, até se foram de-

sactivando algumas das funções destes organismos neste âmbito. Por outro lado, nas escolas pouca margem foi restando para integrar «mais essa tarefa», num contexto de contínuo sobressalto para se alcançarem resultados mínimos em coisas sempre consideradas mais importantes ou prioritárias. Feito o balanço, quase tudo se ficou por um campo disciplinar vago, ou demasiado dependente da vocação e do protagonismo deste ou daquele professor, deste ou daquele conselho directivo, deste ou daquele membro de uma ONGA, de uma Câmara ou de uma empresa pública do sector. Com repercussões nas possibilidades de produção e sistematização de conhecimento sobre esta realidade, as actividades de EA parecem ter-se limitado a algumas boas iniciativas dispersas e a excelentes boas vontades, inutilizadas perante a indiferença oficial e a falta de planeamento, quiçá, de empenhamento das pastas da Educação e do Ambiente. Tornou-se progressivamente evidente a falta de informação sobre os desenvolvimentos e dinâmicas conseguidas pela EA ou, segundo a terminologia emergente discutida mais à frente, da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

Cerca de três décadas e várias reformas curriculares depois, os resultados de um tal empreendimento educacional em favor do ambiente não são, no entanto, muito evidentes e, sobretudo, a EA que hoje se faz não é conhecida, nem os seus contornos estão delineados de forma sistematizada. O projecto de investigação, de que se apresentam aqui os resultados, pretendeu responder a esta lacuna, numa altura em que decorre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) proclamada pela UNESCO para o período 2005-2014.

A partir de dois inquéritos, um deles aplicado a um vasto leque de organizações não-escolares estatais, privadas e associativas e outro aplicado aos estabelecimentos de ensino básico e secundário portugueses, procurou-se avaliar a situação actual dos projectos de Educação Ambiental e Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EA/EDS) numa perspectiva de diagnóstico. Procurou-se identificar, assim, as dinâmicas, os constrangimentos e as potencialidades dos projectos recenseados dentro e fora do contexto escolar, desenvolvidos quer por iniciativa das escolas, quer por iniciativa das ONG de ambiente ou de desenvolvimento, quer, ainda, por iniciativa das autarquias ou de empresas ligadas ao sector ambiental. Realçaram-se também algumas das principais características destes projectos e das instituições escolares que os enquadram.

Ora, tendo em conta o movimento de mudança que entre nós se esboça, quer no sentido de uma maior intensificação do papel do sistema escolar na formação ambiental dos cidadãos, quer no sentido de uma

maior articulação, senão mesmo fusão, da EA com outras áreas da educação para a cidadania, impunha-se a avaliação da situação actual nas escolas e noutras instituições promotoras de EA/EDS. A perspectiva é construir um diagnóstico que permita ajudar a traçar as linhas de acção futura nesta área, a partir da identificação de constrangimentos e potencialidades. Trata-se ainda de dar visibilidade às dinâmicas e aos níveis de sustentabilidade dos projectos que se têm vindo a desenvolver, quer por iniciativa das escolas públicas e privadas de todos os graus de ensino, quer por iniciativa do vasto leque de organizações estatais e não-estatais que as mais variadas razões e apelos mobilizam para iniciativas formativas centradas na relação das nossas vidas com a *res* ambiental.

A base deste estudo, como se disse acima, são dois inquéritos sistemáticos aplicados a dois universos organizativos distintos mas complementares, ligados à promoção de iniciativas e projectos educativos englobáveis numa noção alargada de educação ambiental ou educação para o desenvolvimento sustentável: *i)* as organizações não-escolares que actuam a partir do exterior do universo institucional do sistema educativo formal (estatais e não estatais) e *ii)* os cerca de 15.000 estabelecimentos escolares (privados e públicos) não universitários disseminados por todo o território nacional.

Procura-se, assim, fazer uma caracterização analítica do contributo dessas organizações escolares e não-escolares para o tipo de EA que se faz hoje em Portugal, dirigindo a atenção para o modo como elas se posicionam no movimento de mudança a que assistimos nesta esfera, sem esquecer de olhar também para as dificuldades e estratégias de afirmação destas organizações no seu campo de acção social e educativa. Por ser central à problematização da EA discutida neste livro, daremos ainda relevo especial à análise da tematização das acções educativas e formativas desenvolvidas, perscrutando até que ponto a EA levada a cabo se aproxima ou distancia de uma concepção mais estruturada pela ideia de cidadania.

Dando profundidade ao panorama apenas esboçado no início desta *Introdução*, o *Capítulo 1 – Da educação ambiental à educação para o desenvolvimento sustentável: percursos, oportunidades e conceitos*, começa por sublinhar, em jeito de balanço, a importância da confluência de interesses, recursos e de acção política para esta área dos dois sectores governamentais mais directamente envolvidas neste cometimento, os sectores ministeriais da Educação e do Ambiente. Isto é, não nos limitamos a olhar a educação para o ambiente e o desenvolvimento sustentável apenas pela vertente que tradicionalmente a reivindica, mas também pela vertente, quiçá, mais

estratégica, da educação, de resto, na expectativa de ver o desenvolvimento sustentável ser parte integrante de um conceito mais abrangente e integrador da formação educativa de base.

De facto, outrora apanágio de organizações governamentais e não-governamentais envolvidas na mobilização social e no despertar da sociedade moderna para as questões do ambiente, a EA vem, nas últimas décadas, ganhando cada vez mais espaço no interior do universo institucional do sistema educativo das sociedades mais desenvolvidas. Aí, a EA foi-se progressivamente abrindo a, e interagindo com, outras esferas da acção educativa, porventura mais abrangentes e até inclusivas, como as da cidadania, da saúde, da educação cívica e outras. Ao mesmo tempo, a premência e permanência dos problemas de ambiente nas sociedades contemporâneas e a sua relação com áreas científicas particulares, como é o caso mais óbvio das ciências da natureza e geografia, garantiu-lhes um lugar indiscutível na formação educativa básica e essencial do cidadão moderno, que mais não fosse a propósito de pedagogias mais baseadas na observação experimental ou até na vertente lúdica da aprendizagem.

Entretanto, ao mesmo tempo que o ambiente se foi constituindo num sector específico da vida social moderna, da acção colectiva e das políticas públicas, as questões ambientais passaram a ser concebidas como um problema de desenvolvimento o que implica que, para ser sustentável, se deve considerá-las em pé de igualdade com a economia e os outros equilíbrios e direitos de âmbito político e social. Daí também, como discutiremos mais adiante, que se tenha vindo a impor, embora ainda sem um consenso total, a noção mais compreensiva e com maior abrangência de «educação para o desenvolvimento sustentável».

Digamos, pois, que a EA se foi gradualmente erguendo das lógicas do essencialismo propagandístico dos primórdios do activismo ambientalista, para definitivamente se impor como dimensão formativa e cívica incontornável da esfera educativa intra-escolar, ganhando aí outra abrangência, estatuto e significado social. Ao mesmo tempo, tem aumentado a iniciativa, a organização, a mobilização de pessoas e recursos na EA/EDS, criando novas necessidades de intervenção de actores não-escolares.

Este primeiro capítulo procura fazer uma introdução a todo este debate articulando-o segundo esta perspectiva com a caracterização e balanço da EA em Portugal desenvolvida nos capítulos subsequentes. A fechar, uma reflexão sobre a metodologia que suporta esta pesquisa e que finaliza o Capítulo 1, abre finalmente caminho à análise dos resultados dos dois grandes inquéritos lançados por nós.

O *Capítulo 2 – Quem promove a educação ambiental: os projectos das organizações não-escolares*, procede à caracterização do papel de organizações não escolares, públicas e privadas (empresariais e voluntárias, neste caso) na EA entre nós. A análise leva em linha de conta este sopro de mudança, talvez ainda ligeiro em Portugal, apontando para o reforço do papel do sistema escolar da formação ambiental dos cidadãos e da articulação mais abrangente com outras áreas educativas. Esta análise assenta num inquérito alargado e baseado em questionário específico disponibilizado online (para descarga e preenchimento), com recurso adicional a contactos prévios e intercalares por telefone, correio tradicional e correio electrónico. Foi, assim, aplicado a uma vasta lista de promotores e empreendedores de acções de EA/EDS como tal identificadas e agindo a partir de fora do sistema escolar. Em concreto, ao longo de cerca de nove meses, entre Junho de 2005 e Fevereiro de 2006, foram contactadas para o efeito quase 2 300 organizações não-escolares potenciais promotoras de EA/EDS: autarquias, ONG de ambiente e desenvolvimento, empresas públicas e privadas, em particular as do sector do ambiente, universidades, museus, fundações científicas e culturais, centros educativos de especialidade, instituições e associações de solidariedade social, centros paroquiais, associações de jovens, etc.. A todas foi solicitada resposta e tiveram acesso ao questionário, tendo-o recebido por via electrónica e/ou pelo correio. Deixando, neste caso, expressamente de lado os chamados estabelecimentos escolares, este capítulo põe o acento na relevância e natureza do contributo das organizações não-escolares para a EA/EDS. Sem deixar de questionar esse contributo à luz das tendências de mudança que se adivinham, as dificuldades e estratégias de afirmação destas organizações são postas em relevo. Porque é crucial para as perspectivas em discussão neste trabalho a propósito da EA que hoje se pratica e projecta, não deixaremos de abordar os conteúdos programáticos das acções formativas destas organizações, no sentido de evidenciar a sua maior aproximação ou afastamento em relação a concepções mais abrangentes de EA, porque mais modeladas em torno da ideia de cidadania.

Seguem-se o *Capítulo 3 – Contextos escolares: as condições para a educação ambiental e para o desenvolvimento sustentável* e o *Capítulo 4 – Entre o recreio e a sala de aula: projectos de educação ambiental e para o desenvolvimento sustentável nas escolas* que tratam da descrição e leitura analítica dos resultados dos diferentes questionários dirigidos aos estabelecimentos escolares. Em primeiro lugar, procura-se apresentar e reflectir sobre os resultados obtidos a partir de um caderno de questionário desenhado especificamente para caracterizar as escolas, nomeadamente quanto à sua dimensão, ti-

pologia, edificado, equipamentos e características sociográficas básicas. Seguidamente, trabalham-se os dados obtidos com recurso a um caderno distinto do questionário, onde se procurou recolher informação específica sobre os projectos recenseados, elencando protagonistas e áreas de formação envolvidas, redes e formas de articulação com a comunidade, actividades e áreas temáticas, sucessos e insucessos alcançados, processos e instrumentos de avaliação.

Os dados analisados constituem, quanto a nós, peças de incontornável valia para estudar e apreciar os processos sociais da EA/EDS em Portugal, nomeadamente tendo em conta o reforço recente do papel do sistema escolar na formação dos cidadãos em geral, mas particularmente na sua formação para a abordagem comportamental dos diferentes problemas do ambiente, na sua articulação com outras vertentes da vida social contemporânea. Muito em particular, como não podia deixar de ser, estão aqui sob observação as fontes e pontes de integração e articulação da EA com outras dimensões da actividade educativa, mormente a da educação cívica e ética e da cidadania.

Para atingir todos estes objectivos, recorreu-se a múltiplas técnicas e métodos de pesquisa e colecta de dados, o que inclui a pesquisa e análise documental e o contacto indagador com relevantes organismos estatais e não estatais, do Ministério da Educação ao do Ambiente, passando por algumas administrações locais e ONG de ambiente e desenvolvimento. Ainda, entrevistas e sessões de debate com especialistas da área educativa em geral e da educação ambiental em particular e empreendedores de acções de EA/EDS que no meio vêm sendo reconhecidas como casos-modelo e de exemplar sucesso. Mas o ponto forte desta recolha de informação é constituído pelos questionários lançados aos então cerca de 15 000 estabelecimentos escolares – entretanto, cerca de 1 500 terão sido encerrados – públicos e privados, englobando os níveis de ensino básico, preparatório e secundário ao longo do ano lectivo de 2005-2006 e parte de 2006-2007 (mais exactamente entre Setembro de 2005 e Dezembro de 2006). Tal obrigou a um sistemático, insistente e quase diríamos extenuante contacto directo, via correio electrónico, correio tradicional, mas também fax e telefone de forma a garantir respostas suficientes aos questionários em função não só de uma ambiciosa largura de amostra definida inicialmente no projecto, mas também para assegurar uma cobertura eficaz dos respectivos parâmetros de representatividade, nomeadamente para a região, o nível de ensino e o tipo de estabelecimento ou organização escolar.

De facto, porque contamos com o apoio da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular e das Secretarias Regionais de Am-

biente e de Educação das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira na disponibilização da lista de contactos oficiais das escolas por *e-mail* e no envio por correio a todos os estabelecimentos escolares (através das sedes de agrupamento quando existentes), colocámos a fasquia amostral bem alta. De resto, isto respondia a um dos objectivos iniciais do projecto e aos desejos por parte do então Instituto do Ambiente que o promoveu e financiou e que pretendia fazer deste inquérito o ponto de partida para a construção de uma base de dados alargada sobre os projectos de EA em curso, que pudesse vir a ser continuamente alimentada ao longo dos anos seguintes, servindo um intento de avaliação em permanência da EA por parte do organismo estatal que, à época, era o seu principal promotor no país. O desafio, portanto, era transcender a crónica falta de informação fiável e quantificada sobre o que as escolas iam fazendo ou têm vindo a fazer em termos de EA entre nós e organizar um registo fiável sobre que projectos em concreto, os seus temas, tópicos e objectivos, que actores, destinatários e expectativas, enfim, que resultados finais da sua acção.

Finalmente, o objectivo último desta edição é uma descrição sistemática e fundamentada em observação empírica fiável e alargada da EA/EDS hoje levada a cabo nas escolas portuguesas ou por outras entidades articuladas ao contexto formativo dos jovens e cidadãos portugueses. Nomeadamente, de que modo ela tem vindo a integrar as novas tendências e conceitos que emergem nesta área, sem esquecer as suas dificuldades e estratégias para alcançar um papel de relevo no vasto campo social da formação para a cidadania e a ética cívica que crescentemente tende a abranger na sua esfera de acção a mobilização para o desenvolvimento sustentável.

As *Conclusões* assumem-se, assim, como um exercício simultaneamente reflexivo e programático, abrindo pistas para uma reactivação mais efectiva e actualizada das matérias ambientais e de desenvolvimento sustentável – tanto numa perspectiva cientificamente transversal, como civicamente activa. Trata-se de fornecer ferramentas para ajudar a descodificar, por um lado, a complexidade e urgência dos problemas científico-ambientais e, por outro, as linhas e acções com que hoje se decide a vida organizacional do planeta, preparando os cidadãos para uma maior e mais eficaz intervenção pública.

Em última análise, os melhores e mais eficazes processos de EA/EDS passam por dotar as escolas de meios para que elas sejam exemplos de inteligência ambiental – autênticos laboratórios de sustentabilidade – desde a racionalização energética à deposição dos lixos, desde a limpeza

ao arranjo paisagístico das envolventes, desde a alimentação nas cantinas e bufetes aos comportamentos e padrões de consumo sustentáveis.

Talvez um dos contributos importantes deste livro seja, através de uma leitura crítica do diagnóstico que esta pesquisa evidenciou, ajudar a reformular e repensar os moldes em que se tem processado a EA/EDS entre nós, lançando perspectivas que estimulem novas propostas socialmente mais ancoradas e que sirvam, nomeadamente, como correia de transmissão entre as escolas e a comunidade mais alargada onde elas se inserem.

Com as novas estratégias para o desenvolvimento sustentável a nível europeu e nacional caídas, (também elas, parece, mas espera-se que só temporariamente) nesse «buraco negro» de esquecimento que é a crise financeira e enquanto decorre a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável decretada pela UNESCO, o momento não podia ser mais oportuno para um retrato de panorama e de perfil sobre a EA/EDS em Portugal. Entre o desfavorável e o oportuno da conjuntura, nunca é demais um contributo que acresce ao desenvolvimento de novos planos, estratégias e políticas de apoio à educação dos jovens e cidadãos portugueses na perspectiva da chegada inevitável de um tempo de transição para a economia e consumo sustentáveis.